

**Efeitos de sentido de “Deus, pátria e família” em
acontecimentos discursivos de 2013 a 2022 no Brasil:
um recorte de memória**

Effects of meaning of “God, Fatherland and Family” on discursive events from
2013 to 2022 in Brazil: a clipping of memory

Efectos del significado de "Dios, Patria y Familia" en eventos discursivos de 2013 a
2022 en Brasil: un recorte de memoria

Milca Borges Luz

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
milcaborges@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6011-1843>

Maria da Conceição Fonseca-Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
con.fonseca@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6540-3810>

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos recorte de resultados de pesquisa que analisa efeitos de sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” em acontecimentos históricos e discursivos, relacionados à política brasileira, entre os anos de 2013 e 2022. Quanto a materiais e métodos, a abordagem foi qualitativa; o objetivo, descritivo/interpretativo; os procedimentos, análise discursiva do *slogan* “Deus, pátria e família”. O *corpus* discursivo foi constituído de excertos de livros e manifestos, de um lado; e materialidades verbais e imagéticas extraídas de plataformas digitais, de outro. Na análise dos efeitos de sentido do *slogan* “Deus,

* Sobre as autoras ver páginas 27 e 28.



pátria e família” em acontecimentos históricos e discursivos de 2013 a 2022, no Brasil, mobilizamos pressuposto teórico da Análise de Discurso. Os resultados mostraram que, em diferentes condições de produção, os efeitos de sentido do slogan “Deus, pátria e família” produzidos na formação ideológica da extrema direita a que estão ligadas os movimentos fascista e nazista, na Europa, e o movimento integralista no Brasil, no início do século XX, prosseguiram, no encontro de uma memória e de uma atualidade, prefigurando as manifestações de junho de 2013, o *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e as eleições de 2018, e configurando o governo de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Efeitos de sentido; Slogan; “Deus, pátria e família”; Democracia.

ABSTRACT

In this paper, we present a selection of research results that analyzes meaning effects of the slogan “God, fatherland and family” in historical and discursive events related to Brazilian politics between 2013 and 2022. As for materials and methods, the approach was qualitative/quantitative; the objective, descriptive/interpretative; the procedures, analysis of the slogan “God, fatherland and family”. The discursive corpus consisted of excerpts from books and manifestos, on the one hand; and verbal and image materialities extracted from digital platforms, on the other. In the analysis of the meaning-effects of the slogan “God, country and family” in historical and discursive events from 2013 to 2022, in Brazil, we mobilized theoretical assumptions of Discourse Analysis. The results showed that, under different conditions of production, the effects-meaning of the slogan “God, fatherland and family” produced in the ideological formation of the extreme right to which the fascist and Nazi movements in Europe and the integralist movement in Brazil at the beginning of the 20th century are linked, continued, in the encounter between a memory and a present, prefiguring the Protests of June 2013, the impeachment of Dilma Rousseff in 2016 and the 2018 elections, and shaping the government of Jair Bolsonaro from 2019 to 2022.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Meaning effects; Slogan; God, Fatherland and Family; Democracy.

RESUMEN

En este trabajo, presentamos un recorte de resultados de investigación que analiza los efectos de significado del slogan “Dios, patria y familia” en acontecimientos históricos y discursivos, relacionados con la política brasileña, entre los años 2013 y 2022. En cuanto a materiales y métodos, el enfoque fue cualitativo/cuantitativo; el objetivo, descriptivo/interpretativo; los procedimientos, análisis del slogan “Dios, patria y familia”. El corpus discursivo estuvo compuesto por extractos de libros y manifiestos, por un lado; y materialidades verbales y de imagen extraídas de plataformas digitales, por el otro. En el análisis de los significados-efectos del slogan “Dios, patria y familia” en eventos históricos y discursivos de 2013 a 2022, en

Brasil, movilizamos supuestos teóricos del Análisis del Discurso. Los resultados mostraron que, bajo diferentes condiciones de producción, los significados-efectos del eslogan “Dios, patria y familia” producidos en la formación ideológica de la extrema derecha a la que los movimientos fascistas y nazis en Europa y el movimiento integralista en Europa está vinculada. Brasil, a principios del siglo XX, continuó, en el encuentro de una memoria y una situación actual, prefigurando las manifestaciones de junio de 2013, el impeachment de Dilma Rousseff en 2016 y las elecciones. 2018; y configurando al gobierno de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.

PALABRAS CLAVE: Análisis del Discurso; Efectos del significado; Eslogan; Dios, patria, familia; Democracia.

1 Introdução

Neste trabalho apresentamos recorte de resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com o objetivo de mostrarmos o funcionamento discursivo do slogan “Deus, pátria e família” em acontecimentos históricos e discursivos de 2013 a 2022, no Brasil, com base em pesquisas desenvolvidas no LAPADis, que buscam responder questões relacionadas a acontecimentos históricos e discursivos que fragilizam a democracia.

Luz (2018), ao tratar do confronto discursivo que precedeu ao acontecimento do *impeachment* da então presidenta da República Dilma Rousseff indica que não se pode determinar o início ou o fim do trabalho de circulação confronto de formulações-reformulações que precedem um acontecimento, pois tal trabalho pode prosseguir ao acontecimento. Luz (2023) mostra como o slogan “Deus, pátria e família” permeou a circulação-confronto de formulações que precederam e prosseguiram ao acontecimento do *impeachment*, prefigurando o acontecimento discursivo das eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro e materializaram a ascensão da extrema direita no Brasil.

A circulação confronto de formulações prefigurou e antecipou o acontecimento do *impeachment* tanto que, como mostra Luz (2018), o

efeito de sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal, que teve base jurídica para o pedido de abertura do processo de *impeachment*, entrou em deriva, deslizou-se discursivamente, foi esvaziado e quase apagado. Das 367 justificativas de votos favoráveis, somente 12% produziu o efeito de sentido jurídico de crime de responsabilidade. A maioria, em seus votos, produziu efeito de sentido legitimador de “Deus”, “família”, da posição de sujeito anticomunista/antipetista, e o efeito de sentido de demonização do PT e da esquerda como destruidores da família, do país. Nos votos favoráveis à abertura do processo de *Impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, Luz (2018) identificou discursos sobre os efeitos de vontade do povo, de fé cristã, de defesa de valores da família tradicional conservadora. Ressaltamos que, dentre as justificativas dos votos pela admissibilidade analisadas, a que mais chamou a atenção foi a do então deputado Jair Bolsonaro que dedicou o seu voto ao coronel Ustra, torturador, no período da ditadura, de Dilma Rousseff, e saiu aplaudido da sessão de admissibilidade do *impeachment*, em vez de sair preso.

Paralelamente, Costa (2018) analisou a Sessão Extraordinária de Julgamento do *Impeachment* Dilma Rousseff no Senado e discutiu a circulação confronto de formulações que prefiguraram e se atualizaram no acontecimento histórico e discursivo do *Impeachment*, retomando, entre outros, os trabalhos de Barbosa (2014), Barbosa, Fonseca-Silva e Ventura (2017), Brito (2016), Santos (2016) e Santos e Fonseca-Silva (2018; 2019; 2020), Luz (2018) e Conceição (2018). Os resultados das análises mostram que, no *Impeachment* de Dilma Rousseff, embora, jurídica e formalmente, a posição-sujeito réu seja ocupada por Dilma Rousseff, discursivamente, além de Dilma, o então ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) foram convocados a ocupar a posição de réu.

Oliveira (2020), por sua vez, analisou a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) na apreciação das contas da ex-Presidenta Dilma Rousseff relativas aos exercícios financeiros de 2014 e 2015, uma vez que as irregularidades identificadas pela Corte, entre elas as chamadas “pedaladas fiscais”, foram os principais argumentos para justificar o pedido de *Impeachment* da então Presidenta. Os resultados

mostraram que o TCU mudou o entendimento acerca da legalidade das pedaladas fiscais, sedimentado em decisões pretéritas, as quais não viam qualquer irregularidade nas “pedaladas fiscais” praticadas nos governos anteriores aos governos de Dilma Rousseff e, também, no governo de seu sucessor.

Nascimento (2023), mostra que, na memória discursiva do Ministério Público Federal (MPF), a posição-sujeito de promotor da ação penal pública no que se refere à Ação Penal 5046512-94.2016.4.04.7000/PR (caso “triplex do Guarujá”) funcionou por meio de práticas desviantes que violaram princípios e garantias constitucionais fundamentais, tais como os princípios do juiz e do promotor natural e da imparcialidade, norteadora do funcionamento da posição-sujeito de promotor da ação penal pública, bem como da posição-sujeito de juiz. Em resumo, agentes da Polícia Federal (PF) e procuradores do MPF, que atuavam no combate à corrupção na Operação Lava Jato, ocuparam a posição de sujeito antipetista. E o então juiz de primeira instância da Justiça Federal do Paraná e responsável pela Operação Lava Jato, na farsa de combate à corrupção, ocupou a posição-sujeito de herói nacional, à época.

Como resultado da circulação confronto de acontecimentos que culminou no golpe político-jurídico que envolveu admissão do pedido de *Impeachment*, abertura de processo, julgamento e afastamento da então presidente Dilma Rousseff, o país assistiu à prisão do então ex-presidente Lula e, em consequência, o impedimento de sua candidatura, nas eleições presidenciais de 2018; à ascensão da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, em que Jair Bolsonaro, defendendo o slogan “Deus, pátria e família”, foi eleito presidente do Brasil, cujo governo, com apoio de parte dos militares, tentou estabelecer ruptura com o Estado Democrático de Direito entre 2019 a 2022.

Feitas essas considerações, tentamos mostrar que, nas circulações confronto que prefiguram e configuram as manifestações de junho de 2013, o *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, as eleições de 2018 e governo de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022, funcionam, no

encontro de uma memória e de uma atualidade, os efeitos de sentido do slogan “Deus, pátria e família” produzidos na formação ideológica da extrema direita a que estão ligadas os movimentos fascista e nazista, na Europa, e o movimento integralista no Brasil, no início do século XX.

2 Materiais e métodos

A pesquisa que resultou este trabalho foi realizada com uma abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva/interpretativa, pois, em Análise de Discurso, não existe descrição sem interpretação. Por fim, o procedimento adotado foi uma análise discursiva do slogan “Deus, pátria e família” que circulou antes, durante e depois do impeachment de Dilma Rousseff, nos confrontos discursivos que prefiguraram tal acontecimento discursivo e seguiram-se a ele.

Considerando o funcionamento do slogan “Deus, pátria e família” como campo de referência, operamos um gesto de interpretação para construir o arquivo discursivo que é constituído de materialidades discursivas da obra *Os deveres do homem*, de Diuseppe Mazzinni; materialidades discursivas extraídas da obra *Mein Kampf* (*Minha Luta*), de Adolf Hitler; materialidades discursivas extraídas do “Manifesto Integralista de 1932”; materialidades discursivas extraídas da plataforma digital de troca de mensagens WhatsApp, no ano de 2018; materialidades discursivas extraídas da agência de jornalismo e fotojornalismo independente *Mídia Ninja* (*Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*); materialidades discursivas extraídas de documentos oficiais do governo de Jair Bolsonaro.

Para este trabalho, operamos um gesto de interpretação das materialidades discursivas que constituem o arquivo analítico para construirmos o corpus discursivo com recorte de sequências discursivas (SD’s) que são analisadas neste trabalho. Na análise dos efeitos de sentido do slogan “Deus, pátria e família” em acontecimentos históricos e discursivos de 2013 a 2022, no Brasil, mobilizamos pressuposto teóricos da Análise de Discurso (AD) francesa que tem como principal expoente Michel Pêcheux.

A Análise de Discurso tem por objeto o discurso, que Pêcheux ([1990] 2014) situa em um nível intermediário entre a língua (face social, universalidade) e a fala (face individual, singularidade), e que não se constitui como objeto empírico, mas como efeitos de sentido entre interlocutores. A Análise de Discurso na França, como afirma Gadet (2014), é considerada como um dispositivo que relaciona o campo da língua e “o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos da relação de força e de dominação ideológica)” (GADET, 2014, p. 8).

Pêcheux (2014) afirma que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, de modo que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 78). Pêcheux ([1969] 2014) então explica as condições de produção a partir de um quadro de formações imaginárias, em que os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso são vistos como representações imaginárias que se relacionam a partir de um jogo de imagens. Desse modo, nos processos discursivos, funciona uma série de formações imaginárias que determinam o lugar dos protagonistas do discurso, e a imagem que estes se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar, do lugar do outro, e a imagem que fazem do referente (um objeto imaginário, do ponto de vista do sujeito e não da realidade física), ou seja, tais lugares estão representados, de modo que eles não funcionam de acordo com os traços sociais que os definem, mas sim, estão representados, isto é, nas palavras de Pêcheux ([1969] 2014), eles estão presentes, porém transformados.

Para as análises aqui apresentadas, mobilizamos conceitos teóricos da AD, tais como: Formação discursiva, formação ideológica, posição-sujeito, efeito de sentido, memória discursiva.

3 Resultados e discussão

Das análises das materialidades significantes, os resultados mostraram que, nos confrontos discursivos que antecederam ao impeachment de Dilma Rousseff, já foi possível identificar o funcionamento discursivo dos sentidos do slogan “Deus, pátria e família”, conforme demonstramos a seguir. No período entre 2013 e 2016, as ruas de diversos estados brasileiros foram palco

de grandes manifestações populares, com pautas cada vez mais expansivas que pediam desde a redução do aumento da tarifa do transporte público até a saída de Dilma Rousseff do poder. Muitos manifestantes, ao longo dos movimentos favoráveis ao *impeachment*, levantaram cartazes, imagens, estampas de camisetas etc., com mensagens, palavras de ordem, símbolos, slogans que remetiam aos sentidos de Deus, pátria e família.

Deus:

SD29 – Moro, rogai por nós.

SD30 – Deus faz Deus junta

SD31 – “Eu vos envio Sérgio Moro, meu segundo filho, para os salvar dos pecadores” 13/03/0001.

Pátria:

SD27 - “Comunista é bom morto. Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula – lixo do mundo”;

SD 29 - “Exército Brasileiro é a solução – Fora corrupção”;

SD 30: “Nossa bandeira nunca será vermelha” e “não queremos mais os políticos ladrões do PT”;

SD31- “S.O.S intervenção militar”;

SD32 - “Brasil acima de tudo”;

SD33 - “Golpe à democracia é mentir, roubar e trair o povo!”.

Família

SD34 - “Como legalizar a morte se queremos a vida? Aborto não! Viva a vida”;

SD37 - “Brasil sem aborto”, “Brasil sem drogas”, “Aborte o aborto” e “Torcida a favor da vida”;

SD38 - “Pelo Brasil, pelas famílias e pela liberdade SOS Forças armadas”.

Na análise das SD’s acima, identificamos o atravessamento do discurso religioso judaico-cristão, segundo o qual Deus estaria guiando os manifestos, e o então juiz Sérgio Moro, juiz que se destacou durante as investigações da Lava Jato é discursivizado, como o segundo filho de Deus enviado à terra para “salvar” os brasileiros dos “pecadores”, atualizando, assim, a memória do Cristo, que, conforme as escrituras sagradas da religião judaico-cristã, foi enviado à terra para pagar pelos pecadores e, assim, justificar seus pecados diante de Deus, de modo a redimi-los, cumprindo a lei do velho testamento. Seria então um ser divino que tem o poder ou a autoridade para rogar, interceder a Deus, salvar a nação, protegê-la dos pecadores, de modo que a salvação se daria, não mais pelo sacrifício, mas pela punição dos corruptos.

Quanto aos sentidos de “pátria”, identificamos um pedido de socorro, um apelo pela intervenção militar no país, que funcionaria como a salvação da nação contra uma suposta ameaça de invasão comunista e da corrupção. O que funcionou no Brasil, em 2013, foi um pedido de intervenção militar para combater a corrupção, o que mobiliza uma memória de que, durante a ditadura militar no Brasil, não acontecia corrupção. Além disso, a formulação “não queremos mais os políticos ladrões do PT” ou “nossa bandeira nunca será vermelha” indica o funcionamento de um discurso segundo o qual o PT é um partido corrupto e, por isso, precisa ser destituído do poder. Esse discurso ultranacionalista que atualiza o discurso fascista da comunidade em detrimento da humanidade produz um efeito de que, com um militar no poder, o país seria priorizado e valorizado, o que implica ainda que o país, nas mãos de civis, estaria sendo colocado em “segundo plano”, ou que os governantes civis privilegiam e beneficiam países estrangeiros em detrimento do seu próprio país.

Por fim, nos discursos “pela família”, identificamos efeitos que defendem a intervenção militar em prol ou em defesa das famílias, produzindo, assim, um efeito de sentido de que a instituição familiar estaria ameaçada pelo regime de governo democrático, e a intervenção militar seria responsável pela manutenção de tal instituição. Há, ainda, um discurso que condena o aborto e a descriminalização da prática, que é discursivizada como “legalização da morte”. Produz-se, aqui, um efeito de inversão dos valores da família, de modo que o aborto atenta contra a família tradicional. Conceder o direito ao aborto implicaria aceitar que a família, supostamente, passaria a utilizar o aborto como um método de planejamento familiar. Nas três séries analisadas, é possível observar um movimento da memória que provoca uma agitação na rede de implícitos, de já ditos sobre família, Deus, pátria, comunismo, ditadura militar, corrupção, democracia. Identificamos, já nas manifestações que antecedem ao impeachment, um jogo de forças que busca desestabilizar as redes de memória no trabalho dos confrontos discursivos.

No que se refere aos efeitos de sentido do slogan “Deus, pátria e família” na admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, de acordo com Luz (2018), os confrontos discursivos que circularam nas manifestações de 2013, 2015 e 2016, na mídia impressa e na virtual, continuaram na sessão de votação pela admissibilidade de abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, cuja admissibilidade, considerada

por Luz (2018) como um acontecimento discursivo, foi permeada por confrontos de discursos favoráveis e contrários.

Da análise dos votos favoráveis, destacamos,

Deus

SD47. Sr. Presidente, nunca foi tão atual a palavra bíblica que diz: “E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra.” [...], pelos meus irmãos brasileiros, [...], o meu voto é “sim”.

SD48. Presidente, [...], em defesa da vida, da família e da fé, voto “sim”.

Pátria

SD51. Gente de bom coração, pelo amor ao Brasil, pelo amor a esta bandeira, pelo amor à vida, [...], eu voto sim.

SD53. Sr. Presidente, com toda a minha convicção, [...] e para que o maior símbolo do Brasil volte a ser a bandeira verde-amarela, eu voto “sim”.

SD59. Sr. Presidente, [...], convicto ainda mais da necessidade de uma união nacional depois deste processo, para que o Brasil retome o seu crescimento e o seu desenvolvimento, eu voto “sim”!

Série XIV – Em defesa da pátria contra a “ameaça esquerdista” SD64. Contra a ladroeira, contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda, o meu voto é “sim”. [...] pelo meu Brasil, pela minha família, voto “sim”.

SD65. [...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, [...], por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim”.

Família

SD71. Sr. Presidente, [...], junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, [...] eu voto “sim”.

SD72. [...] e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é “sim”.

SD73. Pelos valores da família; [...]. Vai haver Impeachment! Meu voto é “sim”, a favor do Brasil!

SD74. Pelo povo de Deus, em defesa da família, tão atacada por este Governo, [...], o meu voto é “sim”.

Nas SD's analisadas, Luz (2018) destacou o atravessamento do discurso religioso judaico-cristão que atualiza a memória dos princípios cristãos enunciados na Bíblia Sagrada. Foi possível identificar, assim, um efeito de sentido do impeachment como uma redenção de Deus para com o seu povo. Desse modo, Luz (2018) defende que o voto pela admissibilidade, apresentou-se como um voto em conformidade com a vontade divina que deve ser obedecida pelo cristão. Nestes termos, no corpus analisado por Luz (2018), há uma convergência entre doutrinas políticas e teológica, ou, religião tradicional cristã, em que as decisões políticas estão diretamente relacionadas a um suposto querer divino, de modo que as ações da vida pública do sujeito político são definidas e pautadas segundo a vontade do Deus cristão, vontade essa da qual tais sujeitos seriam porta-vozes.

Nos votos “pela pátria” identificamos o funcionamento de uma posição sujeito patriota, que enaltece o amor à pátria e justifica o voto como um ato patriótico. Identificamos ainda um efeito de sentido de que a saída do PT do poder significará o retorno à pátria como centro do governo, que, até então, estaria sendo o partido do PT e o regime comunista, visto que a bandeira vermelha aliada aos países (Venezuela e Coreia do Norte) atualiza a memória do comunismo, além do efeito de que o país se unirá a partir da abertura do processo de impeachment, o que significa que a divisão do Brasil foi produzida pelo PT, de modo que os votos pela união da pátria produzem um efeito de reconciliação nacional, uma vez que a saída do PT implicaria numa restauração da união perdida do país. Observamos, também, o irromper de uma memória sobre um suposto passado de união nacional, em que o país se mantinha unido, sem divisões. Verificamos nesta série um efeito de paráfrase do discurso que atravessa o termo “pátria” do slogan fascista, com sentidos de pátria como unificadora do homem, que padroniza seus pensamentos, ações e formas de expressão. Os adversários políticos são compreendidos como inimigos, causadores da destruição de uma suposta unidade. Do mesmo modo que todos os diversos partidos políticos que compõem os votos pela admissibilidade são compreendidos como um só, homogêneos e sem divisões. Tais sentidos silenciam tanto os votos dos contrários ao impeachment quanto a voz das ruas que pediam “Não ao golpe”, de modo a produzir um efeito de que toda a pátria, unida, desejava o afastamento da presidente e que tal união precisa ser restaurada.

De acordo com Paxton (2007), o fascismo necessita de um inimigo demonizado para mobilizar seus seguidores numa guerra constante, e cada cultura, cada país, produz seu próprio inimigo nacional. No caso do Brasil, o sentimento de antipetismo foi crescendo de modo que o PT foi ocupando o lugar do “inimigo” da nação, de modo que votar a favor do impeachment implicaria, por um lado, combater a corrupção, o comunismo, a ditadura de esquerda, a doutrinação e o assédio das crianças, ou seja, combater o inimigo interno que ameaça a existência do grupo, que, portanto, é vitimizado pela ameaça petista e, por isso, precisa ser defendido. Por outro lado, votar “sim” significa defender o país contra tal inimigo. Defender a vida, a família, a inocência das crianças, a fé, a justiça, a moral, os bons costumes, a liberdade. Simbolicamente, tais atos de combate e defesa atualizam uma memória de estado de guerra, em que a nação, que foi vítima de um ataque do inimigo, precisar reagir, combatendo-o e defendendo a nação, para não sucumbir a ele.

Dentre os votos dedicados à família, Luz (2018) identificou o funcionamento de uma posição de sujeito antipetista que produz sentidos sobre o PT atacar e tentar destruir a “família de bem” e seus valores, com atos como corromper a “inocência” das crianças, com supostas propostas de que estas troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas aos 6 anos de idade. Tal acusação, que podemos configurar como uma teoria da conspiração, visto que tais ações não são verdadeiras, foi também um método muito utilizado pela política fascista.

Em se tratando dos efeitos de sentido do slogan “Deus, pátria e família” nas eleições presidenciais de 2018, de acordo com Pêcheux ([1983] 2015a), uma circulação-confronto de formulações prossegue depois do acontecimento, é deslocada, repetida ou retomada e se coloca no jogo parafrástico e polissêmico. A partir do acontecimento discursivo da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, todo o trabalho de formulações, agora marcado por essa novidade do dia 17 de abril, continuou e deu forma e figura ao acontecimento discursivo da chegada de Jair Bolsonaro ao poder, após as eleições de 2018, conforme Oliveira (2021). A partir da análise das SD’s que correspondem ao período das eleições de 2018, também identificamos o funcionamento dos sentidos do slogan “Deus, pátria e família”, como veremos a seguir:

Deus

SD74 - Charge cabo de guerra (de um lado Jair Bolsonaro sustentado pelo dedo de Deus e de outro Lula, Dilma, Jean Willis e um animal-Burro).

SD75 – Pastor revela que Lula e Dilma são satanistas para rituais macabros.

SD76 – Juízes 10:3. “Em seguida apareceu Jair, da terra de Gileade. Jair foi líder de Israel durante vinte e dois anos. SD77 – I Reis 11: 22-23. “Então Hadade voltou para a sua terra. E, como rei de Edom, foi um mau e feroz inimigo de Israel.”

SD82 – Blasfêmia Gay: Gay vestido de papa com cálice e preservativos como hóstia – PT APOIA

Pátria

SD91 - Os ignorantes defendem corruptos e partidos políticos. Os sábios defendem a nação;

SD94 - No Brasil é crime inafiançável fazer apologia ao nazismo ou ostentar seus símbolos ENQUANTO O COMUNISMO É CELEBRADO...O NAZISMO É DEMONIZADO Comunismo / ISSO PODE: minhas teorias contribuíram para a morte de 100.000.000 de pessoas. Nazismo / ISSO NÃO PODE: minhas teorias contribuíram para a morte de 20.000.000 de pessoas SD95 – Campos de concentração;

SD110 - O período militar estava tão "errado" que a justiça de hoje está julgando e prendendo os mesmos marginais da época;

SD111 - Seu professor já te contou que a Dilma nos matou? Algumas vítimas do grupo de Dilma Rousseff: Capitão Charles Chandler, morto com uma rajada de 14 tiros de metralhadora; Soldado Mário Kozel Filho, morto aos 19 anos em uma explosão de 50 quilos de dinamite; Tenente Alberto Mendes Júnior, foi pego como refém, morto a golpes de coronha de fuzil;

SD112 - Jornalista diz ter ficado na mesma cela de Dilma Rousseff "Nunca fomos torturadas". Ao confessar ter mentido sobre torturas que eu inventei, não quero fazer de conta que ninguém foi torturado no Brasil. Ao contrário. Mentir, neste caso, é escarnecer de quem padeceu e experimentou na própria carne o horror do suplício. E foram muitos. Mas não foram tantos e nem foram todos.;

SD113 - Eram desses malditos comunistas que nossos militares tentavam nos proteger a 40 anos atrás!! Hoje são estes comunistas que governam o país!!;

SD117 – Seu professor de esquerda mentiu pra você, os únicos que temiam os militares eram bandidos, comunistas e guerrilheiros - Regime Militar: época de ouro da história do Brasil.;

SD119 - BOLSA DITADURA: Você sabia que os Guerrilheiros Comunistas de 64 recebem uma BOLSA DITADURA por mês? São até o momento 10 mil ex-guerrilheiros Comunistas recebendo mensalmente uma PENSÃO que varia entre R\$ 17 mil a 62 mil.

ENQUANTO ISSO UM TRABALHADOR APOSENTA-SE COM R\$ 997,00.

SD120 - MALDITOS MILITARES: No governo militar lugar de criança era na escola; não existia aprovação automática, nem traficantes vendendo drogas na porta das Escolas, o professor era respeitado, não existia a lei da Palmada e nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, e não podia ficar o dia inteiro na rua vagabundando e fumando maconha, porque com 12 anos já podia tirar a carteira de trabalho e procurar um emprego. Ainda bem que hoje temos um governo DEMOCRÁTICO que corrigiu todas aquelas injustiças do governo militar;

SD135 - Atenção a todos: Se ligarem a TV's, enganamos vocês de novo. #Euquerointervençãomilitar Não liguem a sua TV nesses canais;

SD143 - Não existe mais motivos para se manter o STF, pois está mais do que provado que eles estão a serviço do crime organizado.;

SD152 - Voto eletrônico é fraude. Os países mais desenvolvidos do mundo usam cédulas para votar, mas para o TSE brasileiro, isso é atraso de vida. O SILÊNCIO DA IMPRENSA chancela o golpe covarde do STF contra o povo.

Família

SD161 - PT APOIA KIT GAY;

SD164 - Ao completar 5 anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças! Fernando Haddad;

SD167 - Vocês sabiam que tem dois projetos de lei em Brasília, um para criar o LGBTcídio e outro para colocar nas certidões de nascimento que o bebê não tem sexo? Tudo isso com apoio da ONU e de associações ligadas ao globalismo. É MUITO NOJENTO o que estão fazendo! Pelos céus!;

SD169 - O Brasil que eu não quero: Embrião não é cidadão. Quem merece direitos sou eu.

SD167 – #elesim é família;

A partir das SD's acima que fazem referência a “Deus”, podemos identificar o funcionamento de uma posição sujeito política que produz um discurso religioso judaico-cristão, o qual atravessa o campo político. Um confronto discursivo que aproxima o sujeito político Jair Bolsonaro ao Deus cristão, como ajudado por Deus, e como líder estabelecido pela ordem divina e, por outro lado, os sujeitos políticos, Dilma e Lula supostamente ligados ao inimigo bíblico de Deus, satanás, associando o PT a atos graves de blasfêmia, desrespeito à fé cristã, depravação extrema, com imagens que afrontam a crença cristã, zombam do Deus cristão e cultuam o inimigo de Deus, satanás.

Tal rede discursiva produz efeitos de sentido de medo e ódio contra o PT como se este atentasse contra a fé e a moral cristãs.

Quanto à “Pátria”, a relação interparafrástica que atravessa todas as SD’s acima é a de um discurso patriótico que afirma o amor ao país e se mostra contrário ao PT. Na série em análise, o país precisa ser defendido contra o comunismo, o que produz um efeito de sentido de uma suposta ameaça comunista no Brasil, que destruiria o país. Defender o comunismo seria em detrimento da pátria, de modo que se o comunismo fosse implantado no país, este seria destruído enquanto nação. A SD94 faz uma comparação entre dois regimes (o comunismo e o nazismo) e produz um efeito de crítica ao fato de a apologia ao comunismo não ser, também, considerada um crime no Brasil, assim como o nazismo. Na comparação, atribui ao comunismo a responsabilidade pela morte de cem milhões de pessoas, enquanto o nazismo seria responsável por 20 milhões de mortes. Tal comparação, com base nos supostos números de mortes, produz um efeito de que o comunismo foi um regime muito mais perverso, violento e sanguinário do que o nazismo, e, no entanto, no Brasil, ele é celebrado. A partir da posição-sujeito anticomunista, produz-se um discurso de que o comunismo ameaça a moral, a família, a espiritualidade, o cristianismo e até o combate ao segundo mandamento cristão de “amor ao próximo”.

Nos discursos sobre a ditadura militar no Brasil, identificamos conflitos de regularização no espaço móvel da memória discursiva. A partir da posição-sujeito ditador/torturador que produz um discurso legitimador de atos de violência, tortura e assassinatos durante a ditadura militar, atribui-se assassinatos à ex-presidente Dilma Rousseff, deslegitima depoimentos de sobreviventes da ditadura, define os opositores ao regime como bandidos, guerrilheiros e comunistas e afirma que havia o pagamento de auxílio para “guerrilheiros da ditadura” por parte do governo. Também é possível identificar um discurso que insinua uma intenção de sujeitos em omitir uma suposta “verdade” acerca do regime ditatorial, o que produz um efeito de denúncia de enganação, manipulação das informações sobre tal regime. Assim, é possível identificar um discurso negacionista acerca da tortura, da dor e do sofrimento causados pela ditadura militar, que provoca um silenciamento na memória das truculências da ditadura, produzindo, a partir do jogo de forças na memória discursiva, a atualização de uma memória da ditadura como um período honesto, e com atos nobres e necessários. Legitima-se, assim, o

governo arbitrário dos militares e produz-se efeitos de negação da narrativa dos crimes e torturas cometidos.

Identificamos um discurso que enaltece feitos da ditadura militar e, contrariamente, critica e ironiza o governo democrático. Sobre a ditadura, produz-se um efeito de sentido de distorção da história por parte das escolas, uma suposta manipulação dos fatos, que seria feita pelos professores de história, que são acusados de serem esquerdistas, maconheiros, e, ainda, pela esquerda e pela mídia. Há, também, o irromper de uma memória que luta para silenciar ou desestabilizar a memória dominante sobre a Ditadura Militar. A memória que é atualizada, aqui, é a de que as crianças, durante o regime, tinham acesso garantido às escolas, a prática pedagógica era mais rigorosa, as escolas eram mais seguras e livres das drogas, os pais tinham “liberdade” para educar seus filhos, praticando agressões físicas sem serem “punidos” por Leis, e as crianças, a partir dos 12 anos, já podiam trabalhar de maneira formal, o que produz um efeito de que, com uma educação rígida, uma disciplina rigorosa e agressiva, se conseguiria “proteger” crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade.

É possível observar, ainda, um discurso de que as fakes news são produzidas pela grande mídia no Brasil, especialmente, pela Rede Globo, de modo que deslegitimam a imprensa, que é discursivizada como manipuladora e enganadora, e legitimam informações e notícias que circulam nas redes sociais digitais, através do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, que é tido como uma ferramenta capaz de substituir os sindicatos, devido ao seu poder de articulação e alcance. Assim, produz-se um efeito de descrédito à imprensa regulamentada e, ao mesmo tempo, uma legitimação de páginas e perfis específicos das redes sociais digitais como fontes confiáveis de veiculação de notícias e informações.

Verificamos também a materialização de discursos sobre o Supremo Tribunal Federal – STF brasileiro, desqualificando-o e deslegitimando-o, associando-o a uma posição-sujeito criminoso: “eles estão a serviço do crime organizado”; “corte que muda decisão para beneficiar criminoso, não é corte, é quadrilha”; sobre as urnas eletrônicas do país, produzindo um efeito de fraude no voto eletrônico, com alegações de que se trata de um sistema que não pode ser auditado, e pede a volta do voto impresso; sobre alguns segmentos da sociedade, com discursos que desumanizam e propõem a prática de violência e morte, tais como: “bandidos”, “comunistas” e “vagabundos”.

Por fim, em relação aos discursos que circularam a respeito da família, a série acima faz circular dizeres sobre o aborto, a homoafetividade, a educação das crianças, mobilizando já ditos que tentam vincular a imagem do PT ou da esquerda a discursos e atitudes imorais e repudiáveis, e, por outro lado, discursiviza o então candidato Jair Bolsonaro como o único candidato que representa a família, em uma foto do candidato com sua esposa, sua filha e sua enteada, o que representaria a família heteronormativa, o que produz um efeito de que este é o modelo de família “adequado” e o único reconhecido e validado.

Por fim, quanto aos efeitos do slogan “Deus, pátria e família” no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, evidencia-se que, com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, o país se viu numa virada política à extrema-direita que mudou os rumos das políticas públicas e dos ideais de sociedade que vinha predominando desde a redemocratização. Considerando que a manutenção do regime democrático se faz com vigilância e proteção constantes, principalmente de suas instituições e dos três poderes que o sustentam, é preciso ressaltar que o mundo, atualmente, passa por uma onda de “desmocratização”, ou seja, os regimes democráticos vêm sofrendo retrocessos em todo o mundo ao tempo em que cresce uma extrema-direita ativa, propositiva e descomplexada, que explora as deficiências e insuficiências dos regimes democráticos para deslegitimá-los, utilizando, intensamente, mecanismos como as redes sociais digitais para impulsionar e crescer exponencialmente. O relatório produzido pela Anistia Internacional, em fevereiro de 2020, com o título “Direitos Humanos nas Américas: Retrospectiva 2019” apontou que as autoridades brasileiras foram responsáveis por promover decretos executivos, medidas provisórias, projetos de lei e outros instrumentos jurídicos que impactaram negativamente na garantia dos direitos humanos no país. Identificou-se uma mudança substancial quanto à proteção dos direitos humanos no Brasil. É o regime democrático de direito que garante juridicamente a proteção e promoção dos direitos humanos em um país, e à medida que a democracia entra em declínio, a proteção e garantia dos direitos, por sua vez, é fragilizada e, conseqüentemente, os limites e barreiras impostos pelas leis contra a tirania e a opressão também sofrem abalos significativos, que podem culminar na derrubada da democracia e posterior instalação de uma autocracia no país. No governo Bolsonaro - cuja propaganda eleitoral já pregava valores e propostas antagônicos ao regime democrático - muitos atos se materializaram através de

documentos oficiais (decretos, projetos de lei, medidas provisórias etc.) que, como já foi dito, violaram direitos humanos e atentaram contra o Estado Democrático de Direito. Um governo pautado nos pilares de “Deus, pátria e família”, de extrema-direita, promoveu a obstrução e o desmanche das garantias de direitos fundamentais por ora garantidos no país.

Na análise discursiva do Decreto de 31 de julho de 2019, que promoveu uma mudança na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que trabalhava no reconhecimento de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar (1964-1985), também foi possível identificar efeitos do discurso que atravessa o slogan “Deus, pátria e família”. A comissão, que era composta por 7 membros, teve 4 destes substituídos, incluindo o seu presidente, que passou a ser o advogado Marco Vinicius Pereira de Carvalho, assessor especial da ministra Damares. Além dele, o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) também ingressou na comissão e os outros dois novos membros eram militares, o coronel reformado Weslei Antônio Maretti e o oficial do Exército Vital Lima Santos, assessor do Ministério da Defesa, como confere-se abaixo:

DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2019
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS
DIREITOS HUMANOS
DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, resolve DESIGNAR os seguintes membros para compor a Comissão Especial de que trata o art. 4º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995: MARCO VINICIUS PEREIRA DE CARVALHO, na qualidade de Presidente, em substituição a Eugênia Augusta Gonzaga Fávero; WESLEI ANTÔNIO MARETTI, em substituição a Rosa Maria Cardoso da Cunha; VITAL LIMA SANTOS, em substituição a João Batista da Silva Fagundes; e FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO, em substituição a Paulo Roberto Severo Pimenta. [...] Decreto de 31 de julho de 2019.

Tal decreto, através da mudança dos membros da comissão silenciou não apenas a voz da sociedade civil, como, especificamente, de representantes das vítimas da ditadura militar. É possível identificar a tentativa de apagamento da memória da ditadura como um regime arbitrário, que torturou e matou

muitas vítimas, uma vez que os substitutos dos representantes das vítimas na comissão foram militares e pessoas diretamente ligadas ao governo. Posteriormente, no ano de 2022, a comissão foi extinta, conforme despacho do Presidente da República em exercício, o general Hamilton Mourão:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MINISTÉRIO
DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Relatório Final de Atividades da Comissão Especial sobre Mortos e
Desaparecidos Políticos - CEMDP, referente ao período de dezembro
de 1995 a dezembro de 2022, elaborado em conformidade com o art.
13 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Aprovo. Em 30 de
dezembro de 2022. [...]
RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO
ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Período: dezembro de 1995 a dezembro de 2022
Relatório circunstanciado de atividades da Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) elaborado em
conformidade com o Art. 13 da Lei nº9.140, de 04 de dezembro de
1995 [...] Acordam os Conselheiros, por maioria de votos, pela
aprovação do Relatório final da CEMDP, a ser encaminhado ao Sr.
Presidente da República para a devida publicação. Votos favoráveis:
Marco Vinicius Pereira de Carvalho, Paulo Fernando Melo da Costa,
Jorge Luiz Mendes de Assis e Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro.
Votos contrários: Vera da Silva Facciolla Paiva, Diva Soares Santana e
Ivan Cláudio Garcia Marx. Por todo exposto, **declaramos encerradas
as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e
Desaparecidos Políticos, em cumprimento ao art. 13 da Lei nº
9.140/95.**
É o relatório[...] Parecer final da Comissão Especial sobre mortos e
desaparecidos políticos (grifo nosso).

A posterior extinção da Comissão, por fim, produz um efeito de apagamento da memória da ditadura e das vítimas da ditadura. Tal efeito está em relação parafrástica com os discursos que circularam antes e durante as eleições de 2018, que enalteciam o período ditatorial do país e clamavam por nova intervenção militar, negando ou justificando os desmandos, excessos e atrocidades do regime.

4 Considerações finais

Para analisar as SD's que precedem, nos debruçamos sobre o estatuto das “discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando

proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux [1983] 2015a). O acontecimento discursivo da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, foi precedido e prefigurado por confrontos discursivos que, posteriormente, prosseguiram ao acontecimento, prolongando-o e fazendo trabalhar “formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, [...])” (Pêcheux [1983] 2015a), que, por um lado, visavam apressar a chegada de um acontecimento novo e por outro, impedi-la. A partir das análises, foi possível identificar que os sentidos de Deus, pátria e família circularam nas manifestações de 2013 a 2016, no impeachment de Dilma Rousseff e prosseguiram na circulação-confronto de formulações até as eleições de 2018, prefigurando o acontecimento discursivo da eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, numa relação de paráfrase com os sentidos que circularam durante o regime fascista de Mussolini na Itália, o regime nazifascista na Alemanha e no Brasil, no movimento integralista. Observamos um movimento na memória, que provocou uma agitação na rede de implícitos, de já ditos sobre família, Deus, pátria, comunismo, ditadura militar, corrupção, democracia, num jogo de forças que buscou desestabilizar as redes de memória no trabalho dos confrontos discursivos.

Na análise dos discursos acerca do item lexical “Deus”, identificamos uma convergência entre a doutrina política e teológica de modo que as decisões políticas são baseadas em um querer divino. Identificamos, ainda, o funcionamento de uma posição fundamentalista religioso, que produziu sentidos de que o povo evangélico era odiado e atacado pelo PT, e, ainda, que a causa do suposto sofrimento do povo brasileiro estava no fato de a governante do Brasil não ser convertida ao cristianismo, o que atualiza uma memória do líder messiânico fascista, que representa uma forma divina, um mito vivo. As filiações históricas dos sentidos sobre Deus mobilizados nas análises silenciaram os sentidos de laicidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro, constituída e garantida pela Constituição Federal do país, o que desestabilizou e tentou silenciar, assim, a memória de toda a pluralidade religiosa do Brasil, como a religião espírita, o candomblé, a umbanda, o budismo, o hinduísmo, o islamismo, o judaísmo, as religiões espiritualista, de tradições esotéricas, de tradições indígenas, religiosidades afro brasileiras, religiões orientais etc. que foi negada e esquecida. Já no item lexical “pátria” identificamos o funcionamento de diferentes posições-sujeito. A posição-sujeito patriota, que produziu sentidos de pátria como uma identidade

nacional, de unidade nacional entre os compatriotas, e sobre o PT, como um partido que governa para si mesmo e não para a pátria, e que foi responsável por dividir o país, mobilizando, assim, uma memória de um passado mítico do país como unificado e homogêneo. O impeachment de Dilma Rousseff significaria, assim, a destruição do inimigo da pátria e uma suposta restauração, reconciliação nacional que promoveria o retorno à suposta pátria unida, pátria essa, discursivizada como unificadora e padronizadora dos pensamentos e ações do homem, o que produz um efeito de paráfrase com os sentidos de pátria do regime fascista. Os sentidos de pátria em circulação silenciaram a pluralidade e heterogeneidade étnica, política, cultural, de ideias e crenças do povo brasileiro, buscando uma suposta unificação nacional. Uma outra posição-sujeito identificada foi a anticomunista/antiesquerdista, que produziu efeitos de sentido de desqualificação dos eleitores de esquerda e deslegitimação das políticas públicas de esquerda, além de efeitos de sentido do comunismo como um regime que incita o ódio aos cristãos, ameaça a base moral, a família, a espiritualidade, o cristianismo, corrompe as crianças e violenta as mulheres e que precisa ser combatido com ultranacionalismo e violência. Já a posição-sujeito ditador-torturador, por sua vez, produziu sentidos sobre a ditadura militar no país e provocou um conflito na regularização das redes de memória discursiva. A ditadura foi discursivizada como um regime que se instalou como uma resposta ao clamor popular, produzindo enaltecimentos aos feitos da ditadura, aliado a um discurso de crítica e ironia do regime democrático. Circulou, também, um discurso negacionista quanto à tortura e quanto aos depoimentos dos sobreviventes da ditadura, mas também efeitos de legitimação de atos de violência, tortura e assassinatos. Identificamos, também, um efeito de sentido de distorção da história e manipulação dos fatos sobre a ditadura por parte da mídia, da esquerda, e dos professores, um discurso que insinua uma intenção de tais sujeitos de omitir uma suposta “verdade” acerca do regime ditatorial, produzindo um efeito de denúncia e acusação contra tais sujeitos e, por outro lado, um efeito de justiça e de verdade quanto a essa suposta reparação das narrativas históricas sobre os militares do período. Identificamos, ainda, o irromper de uma memória sobre a ditadura que perfura e rompe com a série de já-ditos que estavam regularizadas até a chegada de tal acontecimento. E, por fim, nos discursos acerca do item “família” identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito antipetista que produziu efeitos de que o PT ataca e tenta destruir família e seus valores, de que PT corrompe a “inocência” das crianças, promove uma suposta

“doutrinação” nas escolas. Identificamos, também, o funcionamento de um posição-sujeito ditador, que produziu efeitos de que a família está ameaçada pelo governo democrático e que a intervenção militar combateria tal ameaça. Os sentidos de “Família” como uma instituição formada por pai, mãe e filhos silenciam a existência dos diversos e heterogêneos modelos de estrutura familiar que foram se constituindo no mundo moderno e que são reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal, tais como família informal, monoparental, anaparental, unipessoal, reconstituída ou eudemonista etc.

Quanto ao pleito de 2018, este foi comprometido, pois expôs o olhar do eleitor a um conjunto de discursos produzidos e articulados com base em meias verdades, afirmações falsas, imagens e audiovisual adulterados, conclusões extraídas a partir de premissas falsas que apelaram para sentimentos e emoções do eleitor, que, por sua vez, não pode analisar e decidir sobre seus candidatos com base em fatos verídicos. A partir de discursos que pedem intervenção militar e a consequente dissolução do Estado Democrático de Direito, que deslegitimam a grande mídia, e enaltecem as redes sociais como fontes de informação “verdadeira” e imparcial, que deslegitimam e pedem a dissolução dos três poderes, que questionam a integridade das eleições brasileiras e das urnas eletrônicas com suposições de fraudes eleitorais, um discurso que desumaniza e defende práticas de violência e morte contra segmentos da população, a deslegitimação de opositores políticos, vinculando-os a atos de extrema depravação e imoralidades, a deslegitimação dos Direitos Humanos, sob o pretexto de que a sociedade brasileira está com a sua existência, sua moral, seus costumes, suas crenças, suas ideias sob ataque, promoveram a negação de outras formas de existência religiosa, étnica, cultural, de valores éticos e sociais, de constituição familiar, e ainda, desumanizaram diversos segmentos da sociedade brasileira. Discursos e práticas assumidamente fascistas se consolidaram a partir das eleições de 2018, culminando na ascensão da extrema-direita ao poder, tanto no executivo quanto no legislativo brasileiro. Por fim, quanto à análise discursiva dos documentos oficiais do governo Bolsonaro, identificou-se a materialização de discursos que desumanizam segmentos da sociedade, subvertem valores democráticos e negam fatos históricos ocorridos no país. Tais documentos demonstraram a institucionalização das práticas advindas de uma formação ideológica antagônica ao campo ideológico do governo democrático. A ascensão de um governo de extrema-direita no Brasil provocou uma

desregulação da memória predominante acerca da ditadura militar no Brasil, dos regimes totalitários, da violência etc., e produziu uma reestruturação de uma rede de “implícitos” que legitimam práticas fascistas que segregam e desumanizam pessoas, aumentam as diferenças sociais e fortalecem a disjunção ricos/pobres, fortes/fracos, sábios/ignorantes, bons/maus. De acordo com Finchelstein (2019), muito embora o fascismo tenha sido derrotado após a Segunda Guerra Mundial, não deixou de gerar consequências. Ele afirma que o populismo reformou e adaptou o legado fascista a uma ordem democrática. Ou seja, resquícios do fascismo derrotado foram espalhados e readmitidos no sistema político, através do populismo que se transformou numa “terceira via” entre o liberalismo e o comunismo. Democracia, neste viés, “é definida em termos restritos como a manifestação dos desejos dos líderes populistas” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 16-17).

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 00; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BARBOSA, L. C.; FONSECA-SILVA, M. C.; VENTURA, A. Dilma e “radicais do PT”: uma análise discursiva (Dilma and “radicals of the PT”: a discursive analysis). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 99-117, dez. 2017. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v15i2.3546>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/3546>. Acesso em: 16 mai. 2024.

CONCEIÇÃO, N. M. S. S. **Memória e efeitos-sentido sobre Dilma Rousseff em Veja: construção e desconstrução**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 116f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória

da Conquista, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/05/Dissertacao-Naiara-Morena-Sebadelhe-Santos-da-Conceicao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COSTA, T. D. L. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva. 91f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.160>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do fascismo ao populismo na história**. [Tradução Jaime Araújo]. São Paulo: Almedina, 2019. (Título original: From fascism to populism in history).

GADET, F. Prefácio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 7-10. Edição original: 1975.

HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-250. Edição original: 1975.

LUZ, M. B. **Efeitos-sentido na circulação-confronto de formulações da Sessão de Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2018. <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.152>. Acesso em: 10 set. 2018.

LUZ, M. B.; FONSECA-SILVA, M. C. **Depois da admissibilidade do impeachment: um movimento de confrontos discursivos**. In: Revista Philologus. v. 27 n. 81 Supl. (2021). Rio de Janeiro: CiFEFiL. Anais da XVI JNLFLP, 2021, p. 916-928.

NASCIMENTO, Marilza Ferreira do. **O Ministério Público Federal na posição-sujeito promotor de ações penais públicas em casos da operação “lava jato”**: um recorte de memória em gestos de interpretação. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2023. 194f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **TCU e as Pedaladas Fiscais: Abusos de memória e de esquecimento no Impeachment de uma Presidenta**. Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015a. p. 53-61. Edição original: 1983b.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. [Tradução Patrícia Zimbres e Paula Zimbres]. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 59-158. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 159-250. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015b. p. 43-51. Edição original: 1983b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et. al. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014b.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Efeito de memória e de espírito de vingança no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 1-10.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Memory and corruption in the Collor de Mello case: the judgement of conviction as an expression of justice or vengeance. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v. 9, n. 5, p. 27629-27631, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15293.pdf>. Date accessed: 11 jun. 2024.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Noção de responsabilidade no depoimento pessoal de Dilma Rousseff na sessão de impeachment do Senado Federal: aspectos jurídicos e discursivos. In: Feitosa, A.; Franceschini, B.; SILVA, R. B; BRITO, R. D. (org.). **Perspectivas de Direito contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGB / Pembroke Collins, 2019. p. 813-827. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355425820_NOCAO_DE_RESPONSABILIDADE_NO_DEPOIMENTO_PESSOAL_DE_DILMA_ROUSSEFF_NA_SESSAO_DE_IMPEACHMENT_DO_SENADO_FEDERAL_ASPECTOS_JURIDICOS_E_DISCURSIVOS. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. O depoimento de Dilma Rousseff na sessão de impeachment do senado: processos de subjetivação em posições sujeito. In: ARAÚJO, D. F. M. S.; NOGUEIRA, S. V.; SILVA, S. T. L; SANTOS, W. C. S. (org.). **Direito: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020. p. 232-247. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354541693_O_DEPOIMENTO_DE_DILMA_ROUSSEFF_NA_SESSAO_DE_IMPEACHMENT_DO_SENADO_PROCESSOS_DE_SUBJETIVACAO_EM_POSICOES_SUJEITO. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, Glauber Lacerda. **Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello**; orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva- - Vitória da Conquista, 2016, 130 f. Dissertação (mestrado em Memória - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

Recebido em maio de 2024

Aceito em setembro de 2024.

Publicado em 01 de novembro de 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Milca Borges Luz é doutora em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2023). Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2028). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (CNPq/Uesb); Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - 2011); Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes (UCAM - 2015) e Especialista em

Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (UCAM - 2015). Participa do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso - GPADis. Atualmente é professora da Rede Estadual de Ensino, onde ministra aulas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Tem experiência em pesquisa na área de disciplinar de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: posição de sujeito, efeitos de sentido, efeitos de memória, discurso político, corrupção política.

Maria da Conceição Fonseca-Silva é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Realizou estágio de pós-doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006/2007). É Pesquisadora nível 2 do CNPq. Atualmente é professora Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-Uesb) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-Uesb). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-Uesb), desde a implantação do curso de mestrado em 2008 até fevereiro de 2013, início do segundo ano da implantação do curso de doutorado e como vice-coordenadora do respectivo Programa até dezembro de 2016. Está coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística desde 2017. É coeditora do periódico Estudos da Língua(gem). É líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem); (GPEL/Uesb/CNPq). Tem experiência na área de disciplinar de Linguística e na área multidisciplinar de Memória, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: posição de sujeito, efeitos de sentido, efeitos de memória, efeitos de justiça, discurso político e discurso jurídico, corrupção política, violência sexual.